

UMA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM OLHAR PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI ¹

Edmilson José dos Santos Júnior ²
Jaqueline Dourado do Nascimento ³

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco as discussões de avaliação de políticas públicas no campo educacional, tendo como objetivo “analisar como a autoavaliação institucional está inserida no contexto dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri (UFCA)”. A avaliação como prática de gestão ganha centralidade na esfera pública, por ser um dos mecanismos de acompanhamento e verificação da efetividade das políticas públicas, sobretudo pela agenda globalizada vivenciada pelos países ocidentais nas últimas décadas (AFONSO, 2013).

Avaliar é atribuir um julgamento a uma ação, valorar ou não o seu mérito (SCRIVEN, 1967), com vistas a contribuir para uma tomada de decisão (STUFFLEBEAM, 2001). Mesmo sendo um verbete bastante utilizado pela literatura especializada, ainda não é possível obter um consenso com definições, tipos e usos das avaliações, influenciados por diversas situações, tais como perspectivas políticas, contextos, concepções de educação, dentre outros. Existe uma disparidade de contextualização sobre as funções da avaliação, sobretudo, pela sua inserção em áreas multidisciplinares e interdisciplinares (OLIVEIRA; PASSADOR, 2019).

No Brasil, a partir da década de 1990, as discussões de gestão de políticas públicas e os demais processos que a compõem, como a avaliação, tornaram-se mais presentes, por exemplo, com as experiências de avaliações em larga escala, como é o caso do campo da educação, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A avaliação

¹ Trata-se de um desdobramento de um Projeto de Pesquisa financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri – UFCA;

² Graduando do Curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA, edmilson.junior@aluno.ufca.edu.br;

³ Professora Adjunta do Curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA, doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, jaqueline.dourado@ufca.edu.br.

de políticas educacionais tem sido direcionada para a verificação da qualidade do ensino ofertado e acompanhamento das práticas pedagógicas pelas diferentes Instituições de Educação Superior (IES) que compõem os sistemas de educação (DIAS SOBRINHO, 2010; 2013; RISTOFF, 2018).

O Sinaes, atual política nacional de avaliação da educação superior, implementada pela Lei n.º 10.861 de 2004, objetiva regular a qualidade da educação ofertada nas IES. Nas dicções da referida legislação, encontra-se descrito a estrutura do sistema em voga, com a realização de diagnósticos em larga escala e outros executados pelas próprias IES, que ocorre por meio de um “tripé” avaliador: a avaliação dos cursos de graduação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a avaliação institucional externa e interna (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional interna, denominada de autoavaliação, é realizada anualmente pelas IES, de caráter obrigatório, que tem como possibilidade traçar um diagnóstico da instituição, conhecer a sua realidade, refletir coletivamente os resultados alcançados e ao mesmo tempo contribuir para a tomada de decisão (INEP, 2004). Vale ressaltar que, a autoavaliação institucional tem uma característica singular, que é o aspecto formativo, quantitativo mas, sobretudo, qualitativo, que contempla diferentes estratégias.

METODOLOGIA

A metodologia caracteriza-se pela abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2018), na perspectiva de um estudo de caso avaliativo (GIL, 2009), realizando um estudo aprofundado sobre a autoavaliação em uma IES. O presente estudo trata-se de um desdobramento do Projeto de Pesquisa “Uma análise do uso dos resultados do Enade na Universidade Federal do Cariri”, vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFCA) e ao Grupo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (GAAP/UFCA).

Esta pesquisa foi desenvolvida no período de janeiro de 2020 a maio de 2021, com a coleta de dados primários: 1º) realizou-se um levantamento de informações sobre a autoavaliação institucional nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação da UFCA e 2º) mapeou-se a compreensão dos coordenadores de curso de graduação da

UFCA em relação aos processos da autoavaliação institucional. Para a etapa das entrevistas foram enviados convites para os 23 coordenadores da UFCA, destes 14 participaram desta pesquisa. Os coordenadores dos cursos de Administração, Administração Pública e Gestão Social, Design, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Física, Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática, Jornalismo, Letras/Libras, Matemática, Matemática Computacional, Medicina, Música e Pedagogia. Para coleta foram elaborados dois instrumentos, um roteiro de entrevista semiestruturado e o quadro de análise documental. No que concerne ao tratamento dos dados, utilizou-se uma análise de conteúdo (BARDIN, 2009), a partir das transcrições das entrevistas e do quadro de análise dos PPC.

Todos os protocolos éticos e legais de pesquisas envolvendo seres humanos foram seguidos, com a autorização dos entrevistados, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCA, sob o parecer n.º 3.494.864.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, síntese dos resultados, apresentamos como a autoavaliação está inserida no cotidiano dos cursos de graduação da UFCA, a partir de relatos e algumas análises dos discursos, buscando compreender o ambiente investigado. A autoavaliação, como parte integrante das demandas de gestão e prática pedagógica da IES, é de caráter obrigatório, e tem como perspectiva contribuir para o conhecimento da instituição e de seu contexto.

A partir do quadro analítico dos PPC de graduação, verificou-se a presença de elementos referentes à autoavaliação institucional em 55% dos textos. Na maior parte, o processo de autoavaliação é visto como ação de melhoria dos cursos, enquanto exercício de auto reflexão e possibilidade de aprimoramento. Ocasionalmente, encontram-se descritos os desafios no que tange a realização dessa prática, especialmente naqueles documentos implantados antes da obrigatoriedade da participação dos estudantes neste protocolo, em que se aponta a ausência de cultura avaliativa dentro da universidade.

No cotidiano dos cursos, as informações chegam principalmente na fase da realização das avaliações, final de cada período letivo, e de maneira pontual os seus

resultados são apresentados aos coordenadores em reuniões das unidades acadêmicas. Nos relatos dos coordenadores, pouco são utilizadas para ações de melhoria nos cursos. Destacam que, como instrumento de compreensão do contexto, poderia contribuir para revisão dos fluxos das disciplinas, aumento do diálogo com os estudantes e como limitantes, apontam o tipo de linguagem, a forma de divulgação, e a falta de clareza dos encaminhamentos decorrentes do processo avaliativo.

A importância e necessidade de realização é um consenso por parte dos entrevistados, no entanto constata-se que a inserção da autoavaliação dentro dos cursos ocorre de maneira pontual, sem uma articulação com os diferentes atores. A autoavaliação é compreendida, por parte dos coordenadores, como a avaliação pedagógica dos docentes e estudantes acerca do funcionamento do curso, disciplinas e infraestrutura da IES, e considerá-la desta maneira, é um limitante. A autoavaliação institucional, como parte integrante do Sinaes, busca englobar diferentes tipos de instrumentos e atores envolvidos; uma avaliação formativa, com a possibilidade de reflexão individual e coletiva (DIAS SOBRINHO, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos encontrados no presente estudo expõem que a cultura de valorização da avaliação dentro desta IES ainda é um desafio a ser enfrentado, as práticas avaliativas ocorrem de forma ritualizada, para fins burocráticos, com pouco acesso e utilização dos resultados. Existe uma necessidade de ampliação do uso da avaliação e da inserção dentro dos espaços organizacionais, principalmente no âmbito da gestão, enquanto a tivermos para fins burocráticos, há limitação do seu potencial para melhoria contínua, ressalta-se que a implementação de uma cultura avaliativa é algo que ocorre de maneira gradual, tendo um ritmo que demanda de diferentes fatores, atores e no contexto investigado inclui a temporalidade, visto que é uma instituição nova.

Palavras-chave: Autoavaliação institucional. Cursos de graduação. Universidade Federal do Cariri.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri pelo financiamento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n.53, p. 267-284, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf>. Acesso em: 10 set.2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?lang=pt>. Acesso: 25 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RbsQFJt9w7Xyqc9gpjrXYFg/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior (Campinas)**, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GIL, António Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília: INEP, 2004. 41 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2018.

OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 324-337, 2019. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/svZxsKnLTZ4RWnLGG93bYfH/abstract/?lang=es>.

Acesso em: 25 out. 2020.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 9 - 32, 13 dez. 2018. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8406>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. **American Educational Research Association Monograph series on curriculum evaluation**. Chicago: Rand McNally, v. 1, , 1967, p. 39-83. Disponível em:

STUFFLEBEAM, Daniel L. The metaevaluation imperative. **American Journal of Evaluation**, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-2009, 2001. Disponível em:

http://www.wmich.edu/evalphd/wpcontent/uploads/2011/02/The_Metaevaluation_Imperative.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.